

UM OUTRO OLHAR SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA

DEROCINA ALVES CAMPOS SOSA*

O texto a seguir pretende focalizar questões relacionadas ao universo da História Política: como esse campo do saber constituiu-se ao longo dos tempos; as posições que ocupou e a forma como atualmente está sendo tratado, a partir da interpretação mais ampla de que a política está inserida na sociedade e por ela é constantemente alimentada. Reforçar a idéia de que a política adquiriu importância histórica compreende ressignificar seu significado, dando sentido à premissa de que o estudo da política apresenta nuances bem mais complexas e contribuições à História que não podem ser desconsideradas.

O estudo da História Política vem sendo discutido no espaço da academia a partir do momento em que a História dos *Annales* debruçou-se sobre essa tema, de maneira que as antigas interpretações que se tinha a respeito da História Política foram abandonadas. As antigas visões que vislumbravam a política apenas como um amontoado de fatos, sem dar a eles um significado real e uma dimensão humana foram definitivamente sepultadas e em seu lugar nasceu uma visão mais abrangente do universo da política.

Desde a Antiguidade clássica o tema da política foi tratado. Os gregos já se interessavam sobremaneira por desse campo do conhecimento. Para eles a Política estava invariavelmente conectada à História, de modo que esta representava

Uma narrativa de certo tipo de ações heróicas ou humanas dignas de serem lembradas. A cidade-estado, os Impérios, monarquias ou, num plano mais abstrato, a República e ou Estado foram os centros ou núcleos que polarizaram as narrativas históricas e, nestas, o papel dos políticos e /ou homens de estado (FALCON; VAINFAS, 1997, p. 62).

Percebe-se, assim, que a História está intimamente ligada às ações da política, que para os gregos denotava as regras de boa

* Professora do Dep. de Biblioteconomia e História – FURG. Doutora em História das Sociedades Ibero-Americanas

convivência na *pólis*.

A historiografia humanista e renascentista estabeleceu um outro diálogo com esse universo, apesar de não ter introduzido mudanças significativas a respeito da própria interpretação da política:

iniciou, no entanto, duas tendências fundamentais: a da crítica erudita das fontes e a eliminação de lendas, milagres, “fantasias”, em busca dos fatos verdadeiros, pelo menos, verossímeis (id., *ibid.*).

O Renascimento debruçou-se sobre a dimensão humana da História, deixando já uma idéia de que o movimento da sociedade dá-se a partir de carne e osso, não de elementos que estariam acima dos demais, contrariamente à antiga impressão de que a política era feita por seres superiores, sem qualquer relação com o mundo real.

O século XVIII fermentou ainda mais as concepções então em voga a respeito da política, e dois movimentos foram significativos para isso: a Ilustração e o Romantismo. Estes modificaram até a concepção de História. Temas como o Estado-Nação adquiriram importância fundamental. Reforça-se a crítica às fontes como componente essencial do método histórico com garantia da cientificidade e do conhecimento. Dessa forma,

A História será sempre, então, a história dessas realidades únicas que têm no estado sua expressão política. Caberá então ao Estado-nação o lugar de honra no campo da historiografia dos oitocentos (id., *ibid.*).

Foi, no entanto, com o Positivismo do século XIX que a política ou o estudo da História Política adquiriu importância fundamental. Para os positivistas, a História é propriamente a História Política, que deve ser entendida como ciência e não arte, cabendo ao historiador narrar/descrever os acontecimentos do passado tal como eles ocorreram, determinando claramente que o historiador era o guardião do passado. Incluem-se na sua análise outros elementos da sociedade, mas para evocar principalmente a importância da narrativa política da História.

A crise final da História Política tradicional pode ser situada em meados da década de 1940 ao final da década de 1960 e, no período subsequente, constituiu-se a nova História Política.

Com a Escola dos *Annales*, tem-se a redenção definitiva do estudo da História Política, capaz de compreendê-la como um universo mais amplo de abordagem. A História Política agora não está condenada a ser uma *história factual*, mas o resultado de um estudo que encontre a política dentro do universo social. Política aqui entendida

como “a tomada de decisões através de meios públicos, em contraste com a tomada de decisões pessoais, adotadas particularmente pelo indivíduo” (FALCON; VAINFAS, 1997, p. 21).

Partindo dessas concepções, a Política passou a ser associada ao *Poder* e seu significado, de maneira que uma não exista mais sem o outro. O Poder esse tem sido definido como “a capacidade de alterar a probabilidade dos resultados a obter ou ainda que o poder é a participação nas decisões acerca de sanções graves, ou seja, das principais recompensas ou privações”. Dito ainda de outra forma: “poder é a capacidade de fazer que aconteçam coisas que de outro modo não aconteceriam” (DAHL; LASSWELL, apud FALCON; VAINFAS, 1997). Poder e Política interagem assim, e a política passa a ser entendida como a prática constante da oposição entre as pessoas, e o poder, a forma como algumas posições são sobrepostas a outras por meio da imposição e da coerção.

Karl Deutsch conceitua a política ainda como

O controle mais ou menos imperfeito do comportamento humano, controle que resulta de hábitos voluntários de aquiescência combinados com a ameaça de uma coerção provável. Em essência, a política se fundamenta, então, na interação de hábitos de cooperação moldados por ameaças. Com o tempo, esses hábitos voluntários de aquiescência tendem a se tornar inconscientes, isto é, passam a formar parte da nossa natureza, de modo que passamos a obedecer e cooperar mais ou menos automaticamente. Sem a existência de tais hábitos na maioria das pessoas, não poderia haver leis ou governo da forma como o conhecemos (DEUTSCH, 1983, p. 5).

Michel Foucault, na contemporaneidade, retomou e aprofundou com mais propriedade essa questão do *poder*, colocou em evidência as práticas sociais e a pluralidade dos *poderes*. A historiografia da década de 1970 deteve-se nas interpretações das várias manifestações de *poder* e as suas conexões com determinados espaços, como asilos, hospitais, prisões, hospícios, fábricas, oficinas, espaços policiais e as formas como os indivíduos nesses espaços são submetidos ao *poder* e interação ou não com ele.

O Marxismo também focou a História Política, centrando sua artilharia teórica no estado e suas relações com a sociedade civil, além de abrir a investigação mais ampla à questão do poder.

A Nova História Política resgatou o universo das mentalidades, já presente nos *Annales* desde a década de 1940, passando a Política agora

Ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico-simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo o poder simbólico. O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória, ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder (DEUTSCH, op. cit.).

Pierre Bordieu, em *O poder simbólico*, aprofunda essas questões, evocando para o estudo da História Política um universo de possibilidades, em que a matiz social é o principal pólo norteador das pesquisas que os historiadores hoje fazem a respeito dessa mesma história.

As investigações teóricas da atualidade já percebem claramente o espaço que a História Política conquistou. Ainda faltam muitas respostas, mas as interrogações feitas apontam para possibilidades menos impregnadas de preconceito, quando tratamos de estudar a História Política.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UNB, 1994.
- BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- DEUTSCH, Karl. *Política e governo*. Brasília: Ed. da UnB, 1983.
- FALCON, Francisco; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- MAAR, Wolfgang. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- JOUVENEL, Bertrand. *As origens do estado moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.